



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

### ACTA N.º 5/VIII/2005

- 1 - Aos dois dias do mês de Maio de dois mil e cinco, pelas 21H15, nas instalações da Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sitas na Av<sup>a</sup>. da Liberdade, 20, na Trafaria, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
  - 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.-----
  - 2 - Período Aberto ao Público.-----
  - 3 - Período da Ordem do Dia.-----
    - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre os "Documentos de Prestação de Contas e Inventário Patrimonial do Município e dos SMAS" (continuação).-----
    - 3.3 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre as "1<sup>as</sup> Revisões dos Orçamentos e Planos de Investimentos do Município e dos SMAS".-----
    - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Renovação do Contrato de Concessão das duas Estações de Abastecimento de Combustíveis Sitas na Av<sup>a</sup>. Bento Gonçalves".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quorum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro Eleitos faltou à reunião o seguinte Sr. Deputado Municipal António Mendonça Mendes.-----
  - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----

José Manuel Maia; Sérgio Taipas; Maria Luísa Ramos; Maria Manuela Pinto Ângelo; Maria da Graça Pessoa; Bruno Dias; Maria de Fátima Mourinho; José Luís Leitão; Alain Pereira; Vanessa Alexandra Silva; Joaquim do Carmo; José Pedro Noronha; Maria Luísa Almeida Beato; José Joaquim Leitão; Maria José Esteves; Carlos Gouveia Pinto; Caetano Rolo; Helena Isabel Simões; Álvaro Costa; Maria Odete Alexandre; José Carlos Simões; Joaquim Correia Curto; Jorge Pedroso de Almeida; António da Visitação Oliveira; Armando de Jesus Barata; Nuno Filipe Matias; Bruno Rafael Ribeiro; Luís Camoêças dos Anjos; Fernando Jorge Pena; Luís Artur Gomes; Fernando Mendes; Carlos Leal; Bento Silveira Rações; António Neves; António Belo; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Mourinho; Maria Manuela Colaço e Luís Filipe Hermenegildo.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
  - 4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal Victor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 02 de Maio de 2005, (**Conforme ANEXO I**).
  - O Sr. Deputado Municipal Luís Fernando Vaz do Nascimento, com Ausência no dia 02 de Maio de 2005, (**Conforme ANEXO II**).
- 4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Exm<sup>o</sup>. Senhor Carlos Manuel Coelho Revés, nos termos e para os efeitos do artigo 79<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Victor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXO III**).
  - A Candidata Exm<sup>a</sup>. Senhora Ana Isabel Vieira Dias de Moura, nos termos e para os efeitos do artigo 79<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência do eleito Sr. Luís Fernando Vaz do Nascimento e por Impedimento do Sr. Inácio Francisco Simões de Oliveira e Sr. Henrique Jardim Ferreira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse ANEXOS IV, V e VI**).
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia da Charneca de Caparica e do Laranjeiro, em que para os efeitos da alínea c), do n<sup>o</sup> 1, do artigo 38<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento os Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, o Sr. Manuel de Passos Pacheco Simões e a Sr<sup>a</sup>. Noémia de Fátima Morais Dias Marques respectivamente, (**Conforme ANEXOS VII e VIII**).
- 4.4 - Foram apresentadas à consideração da Assembleia a Acta N.º 2/VIII/2005 e a Minuta da Acta N.º 2/VIII/2005, relativa à Reunião realizada no dia trinta e um de Março de 2005.
- 4.5 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quorum procedeu-se à votação, sendo a Acta N.º 2/VIII/2005 aprovada por unanimidade e a Minuta da Acta N.º 2/VIII/2005 ratificada por unanimidade.
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção do Público.
- 5.1 - Usou da palavra o Exm<sup>o</sup>. Senhor Município Florentino Morgadinho Maurício Alves, morador na Rua da Falésia ao Foni, 13-A - 2815-012 Charneca de Caparica.
- 5.1.1 - O Exm<sup>o</sup>. Senhor Município Florentino Morgadinho Maurício Alves:
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Eu gostaria de chamar a atenção do Executivo da Câmara relativamente ao cruzamento terminus da L3, na viragem para o lado de Vale Fetal, os constantes desastres rodoviários que estão a aparecer alí constantemente, e propunha se não havia viabilidade fazer a saída para o lado de Vale Fetal por baixo do viaduto que lá está construído, dado que a



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

continuidade da L3 está apenas neste momento ainda em anteprojecto. Era só isto que tinha para dizer, muito obrigado."-----

5.2 - Usou da palavra em resposta ao Sr. Múncipe, a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara.-----

5.2.1 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Registei com a devida atenção a contribuição que o Sr. Múncipe Florentino, nosso amigo e pessoa assídua às reuniões autárquicas não tenho aqui uma resposta como é natural a questão colocada, avançar qualquer resposta concreta seria apenas um palpite. É uma questão que tem que ser analisada e agradeço-lhe ter trazido até nós esta preocupação."--

6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----

6.1 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação das Propostas N<sup>os</sup> 88/VIII e 89/VIII de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas no dia 30/03/2005, sobre "Documentos de Prestação de Contas e Inventário Patrimonial do Município e dos SMAS", (Continuação) **(Conforme ANEXOS IX e X da Acta N<sup>o</sup> 4/VIII/2005)**.-----

6.1.1 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Bruno Dias; Sérgio Taipas; José Joaquim Leitão; Fernando Pena; Nuno Matias e a Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal.----

6.1.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu pedi a palavra para corrigir uma referência feita na minha intervenção na passada Quinta-feira neste mesmo ponto da nossa ordem de trabalhos. A referência em causa tinha a ver com o processo Almada Nascente em que a dada altura afirmei que não permitiremos a repetição de situações como a do famoso projecto Manhattan Torre Biónica, etc., mas dando a entender que teria nessa altura havido um apoio directo do Engenheiro José Sócrates a esses projectos enquanto Ministro do Ambiente. Tal não aconteceu assim, e portanto a clareza com que denunciámos e criticámos a actuação do Engenheiro José Sócrates no processo das ETAR's e Emissários do Concelho é a mesma clareza com que corrigimos a referência feita nesse debate e recordamos que o Engenheiro José Sócrates não apoiou o projecto Manhattan, pelo contrário. Tratou-se de um lapso que tinha evidentemente que ser corrigido nesta Sessão e fazemo-lo sem hesitações porque acima de tudo a CDU não abdica do absoluto respeito à verdade e a valores de seriedade e ética política. Portanto, foi especificamente por causa dessa referência, naturalmente sem prejuízo em ponto algum da intervenção feita que pedi a palavra para esta rectificação. Portanto, até pode ser que aberto o precedente outros Srs. Deputados Municipais queiram também corrigir alguma coisa, mas para já era esta a rectificação que eu queria deixar."-----

6.1.1.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----



# MUNICÍPIO DE ALMADA

## Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
A apreciação dos documentos que foram aqui apresentados, revela com toda a evidência duas coisas. Em primeiro lugar que o Concelho de Almada está melhor, e em segundo lugar que temos no Município um Governo muito bom. O modo como tem vindo a ser ou como decorreu este debate nas intervenções que aqui se produziram na Sessão anterior, levam à necessidade de colocarmos aqui a resposta a algumas questões e de as enquadrarmos politicamente porque é isso que se impõe. E diria ironicamente que Calígula que foi um dos mais tenebrosos imperadores de Roma exigiu que lhe trouxessem a Lua e matava aqueles que não eram capazes de lha levar. Caso não cumprissem eram mortos. É sempre possível exigir a Lua, que aqui é a metáfora da perfeição, é sempre possível exigir à Câmara que faça tudo aquilo que lhe cumpre e aquilo que não lhe cumpre fazer. Em ano de eleições não se pede a Lua, pede-se o sistema solar inteiro, como se não fôssemos o país que somos, como se não tivéssemos os problemas e o Poder Central que temos. A oposição é livre, o delírio também é livre, mas o critério de verdade é a prática, é o facto concreto, o facto real, mais cedo ou mais tarde sempre consegue separar aquilo que é falso daquilo que é verdadeiro. Evidentemente que às invenções puras e por má fé dos factos, não vale a pena sequer responder. Mas algumas questões que aqui foram colocadas merecem obviamente a resposta. A intervenção do Sr. Deputado Fernando Pena, insere-se num contexto de uma redacção feita em casa, um delírio, que pretendeu sem sucesso apresentar aqui posições que não correspondem de tal modo à verdade, e quando tenta apresentar um paradigma, disse falsidades atrás de falsidades, e quando o fundamenta considerando que tem um novo paradigma, um paradigma diferente do nosso, limita-se a confinar-se num discurso fechado sobre si próprio que mais não é do que um paradógma. Aliás há várias intervenções que aqui ocorreram que têm, tiveram ou procuraram por este enquadramento, São forças políticas que têm uma visão diferente do desenvolvimento daquela que nós temos. Te-la-ão, e nós sabemos que nalguns pontos a têm mesmo. Nós estamos exclusivamente preocupados na defesa do sector público, na defesa do serviço público aos cidadãos, e não em negócios e não em lucros. É evidente que têm, mas nós daqui lançamos um desafio, é porque não se nota essa estratégia, não se notou nas intervenções, não se nota na vossa presença, não se notou sequer nos programas que há quatro anos apresentaram ao eleitorado. Porque fazemos daqui o desafio a quem quiser comparar, aquilo que a CDU apresentou e aquilo que a CDU integralmente cumpriu e que na prática ultrapassa de longe a imaginação toda somada que está nos programas eleitorais que foram apresentados pelos outros partidos no início deste Mandato ou para este Mandato. As intervenções que aqui foram produzidas, revelam um tacticismo



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

oportunista. Nós ouvimos aqui coisas num quadro de um bota abaixismo cego e delirante que quase nos empurra, e é óbvio que uma discussão política não se pode travar nestes termos, a termos que defender aqui aquilo que de muito bom a Câmara Municipal de Almada tem feito, não só em si mesmo, mas por comparação com o que se faz no país, no país que nós somos. É de uma forma cega que se diz que há um nível medíocre na derrapagem dos prazos do Polis e que esta responsabilidade é da Câmara Municipal de Almada. É inacreditável que se fale no fracasso da capacidade de executar, é inacreditável que se diga que estamos em desespero, é inacreditável que se fale em monolitismo da nossa parte, é inacreditável que se diga que não apelamos à participação das pessoas, que venha por exemplo do Bloco de Esquerda que os Técnicos estão fechados em Gabinetes e que não há envolvimento com a população, e que venha da intervenção do Sr. Deputado Nuno Matias a ideia, o ataque aos Fóruns, porque os fazemos de uma forma nervosa, pouco tolerante e não democrática. Os Fóruns de participação onde é que eles existem neste país? Onde é que neste país há a prática de um processo de implementação, de projectos fundamentais para o Concelho que sejam tão amplamente participados em todas as suas fases? E o Governo, ou os Governos é que faltam, é que não estão lá, porque sabem que não podem justificar as críticas que lhes são feitas, e não aparecem. Mas a Câmara Municipal de Almada faz e tem feito de uma forma exemplar o apelo à participação e tem concretizado processos importantíssimos de participação das populações. É evidente que não consideramos que essa participação seja a do populismo, e cada vez que é necessário resolver um pequeníssimo problema que se tenha que fazer um plenário da população inteira. Mas o que nós temos é uma Câmara Municipal forte. O que nós temos é um trabalho consistente. O que nós temos é um trabalho coerente, e por oposição àquilo que tem sido no nosso país o exemplo que vem de cima. Os últimos três governos de Portugal caíram na mais profunda humilhação. Um porque o Primeiro Ministro entendeu que já não era capaz de governar e foi-se embora. Outro porque o Primeiro Ministro entendeu que Portugal não lhe chegava e que a sua ambição era muito maior do que o país e também fugiu. E outro, cuja ambição o fez reagir exactamente ao contrário e agarrar-se ao seu cargo, foi necessário que alguém muito mais responsável do que ele o pusesse de facto a andar por aí. É fundamental, não podemos responder a tudo evidentemente até com estas limitações de tempo, mas é fundamental referir estes aspectos, de todas as bancadas vieram críticas ao que tem sido feito aqui neste Concelho a propósito do MST. O atraso da obra, e a culpa é da Câmara; o atabalhado da Direcção do Projecto pela Câmara Municipal de Almada e isto vem do PS, a atitude de desespero que eu também já tinha referido, como se esta Assembleia Municipal não tivesse acompanhado e não



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

continua a acompanhar todas estas situações, como se todos os Deputados que aqui estão não soubessem exactamente o que de facto se tem passado; como se nós pudéssemos ser desmemoriados ou atrasados mentais e não fôssemos capazes de fazer a leitura exacta desta situação e não víssemos que é mentira o que aqui disseram. A questão da segurança, que também veio de todos os lados, mas aliás esta questão do MST convém ainda referir o seguinte: foi a Câmara Municipal de Almada no contexto da Área Metropolitana de Lisboa com a sua gestão que puxou por ela, que esteve sempre na vanguarda, que sempre lutou para que as coisas se fizessem, que continua a fazê-lo, arrastou outros, o MST há-de vir, e ainda havemos de ouvir a quê, recordando algo que o Sr. Deputado José Leitão há-de lembrar-se porque também cá estava nesse tempo, que o Partido Socialista, às vezes é importante chamar a memória para comparar atitudes. Quando foi feito o Complexo Municipal dos Desportos, foi dito pelo Partido Socialista, está escrito nas actas e pode ser recuperado por qualquer pessoa, que era um projecto megalómano aquela obra que ali está. Era um projecto megalómano no mandato em que estávamos a construí-lo. No Mandato seguinte quando faz a sua intervenção política sobre o balanço da CDU no Mandato anterior, o Complexo era a única coisa que a CDU tinha feito durante quatro anos, e assim vai ser com o MST. Esta táctica oportunista de ver o buraco a saltar do chão e querer responsabilizar a Câmara de Almada de uma forma absolutamente inacreditável, e por isso é que estão também tão preocupados e querem saber quanto é que custa um Boletim de Informação, porque a única vossa arma é a ignorância das pessoas. Em relação à segurança também é interessante verificar o que se passa, também andam com as forças políticas e preocupadas com segurança. E também compete à Câmara Municipal de Almada garantir a segurança dos cidadãos evidentemente, pois a quem é que havia de competir? Os senhores sabem bem que é o Governo, o responsável pela segurança no Concelho. Mas é fundamental que percebam, todos nós sabemos a quem compete garantir a segurança, e entenda-se que estão a falar da segurança em termos extremamente redutores, não estão a falar das questões de fundo, estão a falar da polícia. Portanto isto reconhece-se em primeiro lugar. A quem compete garantir a segurança se é verdade que há um caos tão grande de segurança em Almada, a quem compete garanti-la não o tem feito. Por outro lado a Câmara Municipal de Almada com a Polícia Municipal mandando nela garantiria o funcionamento dessa mesma segurança. Mas o mais ridículo de tudo é que as pessoas que aqui dizem isto responsabilizando a Câmara pela falta de segurança em Almada, foram exactamente as mesmas pessoas que poucos meses votaram nesta mesma Assembleia Municipal depois de discussão em Comissão, depois de aprofundamento do relatório do Concelho Municipal de Segurança dos Cidadãos, que caso raro não foi só votado mas foi explicitamente



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

louvado e onde se salienta o contributo de Almada para a diminuição da criminalidade no contexto da área em que integra. É isto o que está. O que seria de nós, o que seria deste Concelho se ele viesse alguma vez a ser governado por pessoas que assim funcionam. Porque tenho que abreviar, eu diria que a análise dos documentos que nós votamos o que mostram é rigor, coragem, competência, persistência, muito trabalho, muita obra feita, um rumo, o sentido mais fundo da qualificação permanente do serviço público com uma importância muito dada à participação activa dos cidadãos e à justiça social, há de facto uma estratégia de desenvolvimento, há um projecto de continuidade, há aprofundamento e inovação e a absoluta interacção com o que foram os compromissos eleitorais assumidos, sempre plenamente cumpridos e honrados através de um planeamento rigoroso, tempo após tempo, ano após ano. Os documentos demonstram a concretização cabal e com sucesso de todas as etapas previstas. A integração das políticas sectoriais, a transversalidade de políticas em diversas áreas que são exemplo o ambiente e de modo crescente a educação. A autarquia é gerida como construção de vida colectiva onde interagem de modo criativo e constante o Planeamento rigoroso e a abertura às novas realidades que se vão aprofundando. E por isso é que além de tudo o que está proposto, previsto no programa eleitoral, muito mais que a vida trouxe se lhe acrescentou e hoje podemos dizer de consciência absolutamente tranquila que 2004 mostra a continuidade do absoluto cumprimento do nosso projecto e do nosso trabalho numa obra imensa que está à vista de todos.-----

É importante também valorizar o papel dos trabalhadores e o seu contributo, é um traço absolutamente relevante num tempo de desvalorização e precarização do trabalho em que os trabalhadores são tantas vezes reduzidos à condição de objectos descartáveis, há na autarquia uma preocupação constante com a segurança, com a estabilidade do emprego, com a melhoria das condições, com a valorização, com a formação e com a integração da Vereação e dos trabalhadores, portanto num trabalho articulado e isso é também uma parte muito significativa do êxito daquilo que tem sido o nosso trabalho aqui, num verdadeiro trabalho em equipa. Temos portanto uma política autárquica distinta e que busca também o diálogo institucional. E quando aqui há aquelas guerrilhas entre o local e o central, quando há a necessidade de uma defesa absoluta, permanente e total do que é o papel do Poder Central ou do Governo, nós continuamos a dizer, porque é evidente para todos nós qual é a postura e tem sido a postura da Câmara Municipal de Almada na defesa dos interesses da população do Concelho. Porque é o sentido de Estado, é a responsabilidade, é o trabalho, é a resposta construtiva, é a exigência, é a insistência e é também muita, muita paciência. É com orgulho que a CDU vota favoravelmente estes documentos, apoia o trabalho realizado, saúda os



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

trabalhadores e a Vereação da Câmara e dos SMAS, manifesta confiança no prosseguimento e nesta continuidade dinâmica, desenhando de modo cada vez mais nítido o aprofundamento e as políticas de proximidade."-----

6.1.1.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Longe de mim a intenção de contestar a interpretação relativa aos tempos que o Sr. Presidente apresentou, de qualquer modo eu penso que ela, se pecou por alguma coisa foi por generosidade, e como nós temos a consciência que nos aproximamos muito do limite do tempo na reunião anterior, portanto vou fazer uma intervenção muito breve para não abusar da paciência do Sr. Presidente.-----

Eu registei com agrado a intervenção do Sr. Deputado Bruno Dias, penso que foi um gesto que lhe ficou bem. De qualquer modo eu tenho a dizer que não foi apenas essa referência que nos chocou durante a Sessão de Quinta-feira. Houve muitas outras expressões, muitas outras afirmações, muitos outros comportamentos que nós com toda a frontalidade consideramos que não enobrecem esta Câmara. E portanto continuamos a achar que deve haver uma contenção maior na expressão das diferenças políticas. Aliás, esta necessidade de alguma contenção, penso que se continua a verificar hoje, eu apenas tomei nota de algumas expressões que foram utilizadas e que penso eu se aplicavam à bancada do PS. Delírio, invenções puras, má fé, tacticismo oportunista. Portanto, para se concluir para além obviamente de repudiar este tipo de intervenção, gostava de chamar a atenção da CDU para o seguinte: nós ainda temos cinco meses até às eleições autárquicas, e temos de manter uma plataforma de coexistência democrática, porque a isso a nossa sociedade exige. E portanto aquilo que se passou na Quinta-feira, não pode ser levado muito mais além. E depois também gostava de chamar a atenção à bancada da CDU que daqui a oito meses temos outras eleições. E nessas eleições a posição da CDU talvez não seja a mesma relativamente ao PS. Portanto, é preciso ter algum cuidado, alguma tranquilidade e preservar o que tem de ser preservado para o futuro."-----

6.1.1.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Aquilo que se passou na reunião anterior, e a intervenção com que começou hoje a CDU depois do Sr. Deputado Bruno Dias ter feito aquela correcção, mas com que começou a CDU hoje, revela de facto, há alguma cabeça perdida, não sei se têm alguma sondagem que vos seja desfavorável, mas possivelmente a evolução daquilo que é a votação no Concelho de Almada na CDU, está a ameaçar a vossa serenidade.-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

E entre outras coisas eu percebi hoje que eu tinha cometido um erro terrível, que foi ter redigido a minha intervenção da reunião passada em casa. Foi o que o Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas começou por me acusar. Depois de facto, há projectos alternativos, os Srs. têm uma certa dificuldade em entender o papel da oposição, tanta dificuldade que em quase quatro anos que já temos de existência nesta casa, os Srs. nunca aprovaram as propostas da oposição. Portanto, porque são todas más, porque os Srs. têm a verdade absoluta. Depois, de facto aquilo que eu fiz na minha intervenção na Sessão passada foi apontar algumas linhas em que sempre o CDS se demarcou da CDU. No que diz respeito ao ordenamento do território, no que diz respeito à relação do espaço natural com o espaço construído, no que diz respeito à preservação da paisagem, no que diz respeito ao turismo, no que diz respeito aos padrões urbanísticos e à conservação do espaço público, são diferenças. Aliás são diferenças tão marcantes que vêm do vosso PDM que já nasceu obsoleto, foi um mau PDM e é o suporte da vossa política que continua nestes aspectos a ser má. Depois há estas contradições terríveis da CDU como por exemplo em relação ao Metro Sul do Tejo. Com o cuidado claro de dizer que o CDS sempre foi favorável a este projecto. Agora, o que não pode acontecer é a CDU dizer; este é o nosso projecto, este é o projecto da Câmara, isto é muito bom, mas quando as coisas correm mal a culpa é do Governo que é o proprietário da obra. Então se o Governo é o proprietário da obra para as coisas que correm mal, o Governo é o proprietário da obra para aquilo que Almada ganhar vantagens com o Metro Sul do Tejo. Por fim, Sr. Deputado Sérgio Taipas, entre calígula e... (interrupção da gravação)..."-----

6.1.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Eu também vou procurar não abusar da benevolência do Sr. Presidente, porque também acho que o PSD lhe restaria à volta de quatro, cinco minutos pelas nossas contas, mas de qualquer forma não poderia deixar de passar em claro duas ou três questões que foram levantadas e nomeadamente uma forma de estar porque este Fórum também é uma casa da democracia, e aquilo que para alguém que não viveu um período felizmente antes do 25 de Abril de setenta e quatro, expressões como "burro", "ceguinho", "inutilidade" e "delírio", pelo menos para quem se habituou a viver com uma base de respeito, liberdade e de capacidade de encaixe para ouvir opiniões contrárias, porque é isto mesmo que é a democracia, posso-lhe dizer que as minhas convicções democráticas não saíram abaladas, mas certamente não vivi na última Sessão da Assembleia aqui um Fórum democrático pelas reacções que aqui assisti. Porque eu acho que democracia é isto mesmo, é saber discutir, saber ouvir e saber defender as suas ideias com liberdade e todos nós concordando ou discordando respeitar sempre todos e cada um. Outra questão



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

que aqui já foi hoje também falada, tem a ver com os fóruns de participação dos cidadãos. Eu por gostar de cumprir os Mandatos para que fui eleito, desde o início procurei ir assistindo ao máximo de Fóruns até que houve um onde eu fui testemunha de uma forma intolerável de tratar um Múncipe. E a partir daí eu deixei pura e simplesmente de comparecer porque acho que os Fóruns de Cidadãos são importantes, e o PSD neste Concelho tem dado também o exemplo ao organizar em conjunto com a Juventude Social Democrata Assembleias do Cidadão, por todo o Concelho, ouvindo todas as pessoas que estejam interessadas em colocar as suas questões. Agora, não posso ser testemunha nem compactuar, nem participar em locais onde as pessoas não têm liberdade para poder exprimir a sua posição e a sua opinião. Sobre duas questões mais concretas e temáticas que foram aqui abordadas nesta Assembleia, gostaria de recentrar algumas considerações no que diz respeito ao desempenho do lado da receita que o comportamento do município no ano de 2004 teve. E foi aqui falado pelo Deputado Carlos Revés, que a Derrama tinha tido um comportamento excepcional em relação à média nacional, tendo crescido cinquenta e oito por cento (58%), isso é verdade, cresceu acima da média nacional, mas também é importante enquadrar que o Distrito de Setúbal foi o Distrito que mais cresceu a nível nacional na arrecadação de dívidas fiscais, não só do exercício de dois mil e quatro, mas na recuperação de dívidas fiscais antigas. E portanto, eu penso que se há indicador que no ano de dois mil e quatro e a própria Direcção Geral da Contribuição e Impostos assim o reconhece, que não pode ser escamoteado, ou pode ser analisado no contexto só do ano de dois mil e quatro, é a questão da Derrama porque se parte é explicada certamente se calhar pelo Almada Fórum que teve o seu primeiro ano de funcionamento e que como é óbvio garantiu algum retorno financeiro também para os cofres da Autarquia através da Derrama, não deixa de ser bem verdade e no nosso caso se calhar é a grande fatia que explica este aumento da Derrama, não foi certamente por investimentos fantásticos que tenham gerado valores acrescentados acima do normal. E é isso que nós temos procurado nesta Assembleia chamar a atenção. É que Almada pela sua morfologia urbana mas sobretudo pelos seus condicionalismos geográficos, tem que apostar necessariamente em outro tipo de investimento, onde menos espaço gere mais receita e onde as actividades empresariais que são fruto de investimento neste Concelho, potenciem valor acrescentado superior. E eu posso dar dois exemplos, nós temos o Município da Margem Norte da Área Metropolitana de Lisboa que soube apostar nessa vertente, como é o Município de Oeiras que criou TAGUS PARQUE, em que do outro lado temos, e temos aqui um exemplo pelo contrário de falta de visão estratégica, como é o caso do Parque Industrial do Feijó, ou supostamente Parque Industrial, em que o valor acrescentado que aquelas actividades



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

criam e todos nós sabemos quais são é nulo ou pouco mais que nulo, e é isso que nós temos que pensar, é o que é que nós queremos de investimento no nosso Concelho. Se é investimento que basicamente cria aquilo que tem de também de despesa ou pouco mais do que isso, que são os serviços tradicionais, ou se queremos terciário qualificado e indústrias que sejam potenciadoras e geradoras de valor acrescentado acima do comum. Outra questão que é fundamental e que foi aqui levantada também já hoje, foi a questão do Metro Sul do Tejo. Nós fomos também apelidados de falta de rigor, inteligência, ignorância passando à parte e por cima dos epítetos porque parece que não ficam muito bem a quem os lançou. O PSD aprovou nesta Assembleia e nós reconhecemo-lo, o documento que dizia respeito à falta de condições de segurança e alguns problemas de implantação do projecto no terreno. E fizemo-lo conscientes que apesar de tudo era um projecto que tinha e tem mais valias para o Concelho, mas que enferma de alguns problemas graves no que diz respeito às opções políticas do traçado que vai ser ocupado no espaço geográfico do nosso Concelho, mas o que é certo é que a Autarquia tem também responsabilidades, tem responsabilidades porque até ao início da obra não se pronunciou, sempre considerou ser uma obra sua, uma ideia sua, uma luta de muitos anos da própria Câmara, o que é certo é que a obra esteve no terreno, e foi preciso começar a haver manifestações contrárias da parte da população que se apercebendo dos malefícios de muitas das opções no terreno, o que é certo é que só então começou a dizer que a obra ao fim ao cabo e isso é verdade é financiada pelo Governo, tem uma concessionária que vai explorar esta linha, mas o que é certo é que a Autarquia procurou desresponsabilizar-se daquilo que teve sempre parte interveniente e isso para nós é inaceitável. Mas quando nós falamos aqui em atitude de desespero com a Campanha que nós ainda hoje não sabemos quanto custou, de informação supostamente, mas no nosso entender de desresponsabilização sobre o Metro Sul do Tejo, fizemo-lo baseado naquilo que procuramos executar que tem sido sempre a nossa forma de estar, que foi ouvir a população e criamos e organizamos uma Assembleia do Cidadão para ouvir os Almadenses sobre aquilo que achavam que tinha de bom e de menos bom ou de mau, o projecto do Metropolitano Sul do Tejo, e procuramos saber junto da concessionária quais eram as hipóteses técnicas, económicas e a envolvente de todo o processo e do projecto, para sabermos até que ponto é que haveria motivo ou não para continuarmos a impedir o desenrolar da obra. E o que é certo é que havendo mais ou menos razão nos problemas de segurança que existem, não deixa de ser verdade que a obra continuou também em Almada noutros locais, não foi por isso que a Câmara não deixou que a obra continuasse, mas não deixa também de ser uma grande realidade, é que aquilo que pudemos constatar junto da concessionária é que havia viabilidade técnica, viabilidade



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

económica, se calhar não houve foi vontade política para ter outras opções técnicas de implantação do traçado no nosso Concelho, e nomeadamente na Cidade de Almada. Foi isso que podemos constatar e quem nos tentar desmentir a única coisa que pode fazer é tentar se informar como nós fizemos porque isso sim é seriedade, isso sim é ouvir para representar os Almadenses. Aquilo que eu posso dizer e mais uma vez hoje se tem comprovado, é que da parte da maioria a única coisa que pode ser retirado de conclusão das vossas acções e reacções, é que existe nervosismo, infelizmente muita arrogância e muito autoritarismo. É certo que existe estratégia, é certo que existe um caminho, ninguém nunca disse que não o tinham, mas o que é certo é que é um mau caminho para Almada e para os Almadenses, e infelizmente para nós é um caminho que se arrasta há demasiado tempo, mas de forma penosa, certamente para a maioria é um caminho que rapidamente vai ser alterado porque, aí sim, na verdadeira casa da democracia que são as eleições directas em cada um dos cidadãos no espaço devido, vai ser reposta a verdade, e vai ser sobretudo ouvida a população que vai optar pelo seu futuro nos seus melhores interesses, e ouvindo e apostando naqueles que ouvem, respeitam sobretudo respeitam, mas ouvem para representar Almada e os Almadenses."-----

6.1.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Não há a possibilidade de alguém nos acusar de alguma vez não termos permitido opiniões contrárias à nossa. Nós estamos contra as mentiras, e é muito fácil demonstrar que muita da argumentação que aqui tem sido apresentada, baseia-se na falsificação de factos. Apenas isto. Porque nós sempre ouvimos opiniões contrárias à nossa, sempre as integramos quando entendemos que elas se devem integrar num projecto que está avalizado por maioria absoluta da população deste Concelho. Não estamos aqui por apego ou por obsessão com o poder, estaremos obviamente só o tempo que a população entender que nós devemos estar, e há trinta anos que têm votado sempre em nós, por alguma coisa há-de ser e a única coisa que nós podemos fazer é desenvolver um trabalho fundamentado, verdadeiro que interessa às pessoas, cumprimos aquilo que prometemos, não mentimos nunca e andarmos para a frente, e deixarmos a decisão ao povo. Volto a repetir, tudo o que são projectos contrários tem todo o cabimento aí debatemos, aí discutimos, tudo o que são mentiras e indignidades, não aceitamos, e uma parte muito significativa das intervenções neste ponto da ordem de trabalhos e é só essas que são abrangidas pela adjectivação que aqui produzimos foram mentiras."-----

6.1.1.7 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Eu gostava de começar por dizer que na Quinta-feira e hoje mesmo, não se esteve a discutir o que nos trouxe a esta Assembleia. Nós temos um documento que tem duzentos páginas escritas e praticamente o seu conteúdo não foi discutido nesta Assembleia. E o que nós temos estado aqui a assistir é ao período antes da ordem do dia, e acho que sim, no período antes da ordem do dia podemos discutir o metro, podemos discutir estratégia, podemos discutir pontos de vista relativamente à intervenção municipal. Agora, meus queridos amigos o que nós temos para apreciar e para discutir é o Relatório, a Conta de Gerência de dois mil e quatro, é avaliarmos se o Plano e o Orçamento que foi apresentado para dois mil e quatro foi ou não foi cumprido independentemente dos pontos de vista e da vontade de cada um. E foi isso que não foi feito nesta Assembleia. Mas estou disponível para discutir o Metro, para discutir o Polis, para discutir estratégia, menos discutir o meu amigo Isaltino e o que se passa em Oeiras, para isso não estou. Gostava apenas porque é uma questão importante que aqui foi trazida e que tem a ver com as questões das receitas, receitas que quando interessa se diz que aumentaram porque se trata de recuperação de dívidas fiscais, quando não interessa não se diz. E quando se fala da questão do IMI eu gostava de dizer para que fique escrito na Acta da Assembleia Municipal, que é preciso não avaliar apenas de uma forma, apenas em termos numéricos, a evolução da receita de dois mil e três, para dois mil e quatro. É preciso saber ou procurar de uma forma séria, saber qual é a composição da receita de dois mil e quatro. E a composição da receita de dois mil e quatro é que o IMI teve 12.683.682,68 euros, ou seja, menos 5,54% daquilo que foi o IMI, ou seja a Autárquica, porque em dois mil e três temos a Autárquica, em dois mil e quatro temos IMI, e o que nós temos de recuperação de atrasos são seis milhões cento e oitenta e seis mil e oitocentos euros, portanto não se pode comparar treze milhões trezentos e oitenta e seis com o somatório da realização do IMI mais a recuperação dos atrasados, porque se é verdade e está por provar porque não tenho dados. Portanto quando o Sr. falou da Derrama e disse que o aumento da Derrama não tem a ver com o desenvolvimento económico do Concelho mas tem a ver com a recuperação de dívidas fiscais antigas, o Sr. disse isso, eu não tenho forma de demonstrar, não conheço, não tenho dados, não posso dizer se é verdade o que o Sr. disse ou se é mentira o que o Sr. disse. Agora, eu tenho dados relativamente à receita do IMI, à receita da Autárquica, à comparação da evolução das receitas, e por isso quero aqui dizer para que não fique só os seus quarenta e um por cento na Acta desta Assembleia, quero dizer que a receita correspondente à Autárquica, diminuiu 5, 54% de dois mil e três para dois mil e quatro. Porque em dois mil e quatro arrecadaram-se de receitas atrasadas 6.186.801,33 de Contribuição Autárquica."-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.1.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quorum procedeu-se à votação das Propostas N.ºs. 88/VIII e 89/VIII, por pontos:-----

6.1.2.1 - "Documentos de Prestação de Contas e Inventário Patrimonial do Município", foi aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU); dezasseis votos contra (de eleitos do PS, PSD e CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do BE), através das seguintes deliberações:-----

-----**Deliberação**-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Relatório de Actividades do Município referente ao exercício de 2004, que consta da deliberação camarária de 30 de Março de 2005.**-----

-----**Deliberação**-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Conta de Gerência e o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município referentes ao exercício de 2004, que constam da deliberação camarária de 30 de Março de 2005.**-----

6.1.2.2 - "Documentos de Prestação de Contas e Inventário Patrimonial dos SMAS", foi aprovado por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU); dezasseis votos contra (de eleitos do PS, PSD e CDS-PP) e uma abstenção (de eleito do BE), através das seguintes deliberações:-----

-----**Deliberação**-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS referente ao exercício de 2004, que consta da deliberação camarária de 30 de Março de 2005.**-----

-----**Deliberação**-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Conta dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS referente ao exercício de 2004, que consta da deliberação camarária de 30 de Março de 2005.**-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

6.2 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação das Propostas N.ºs 92/VIII e 90/VIII de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas no dia 20/04/2005, sobre "1.ªs Revisões dos Orçamentos e Planos de Investimentos do Município e dos SMAS", (**Conforme ANEXOS IX e X**).-----

6.2.1 - Usaram da palavra a Sr.ª. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Henrique Carreiras para apresentarem as respectivas Propostas.-----

6.2.1.1 - A Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Temos então a primeira Revisão para 2005 da parte da Câmara e dos Serviços Municipalizados. Da parte da Câmara farei algumas referências, o Sr. Presidente dos SMAS depois também se referirá aos SMAS. Portanto, esta Revisão Orçamental que trazemos tal como se diz no corpo da proposta, tem a ver sobretudo com a adaptação do Orçamento e Plano no que respeita essencialmente aos custos com pessoal decorrentes do aumento de tabela salarial que não foram considerados aquando da elaboração do Orçamento que foi aprovado como sabemos em Dezembro, elaborado em Outubro/Novembro. Os concursos de promoção que no nosso Concelho houve, concursos de promoção para os trabalhadores contrariamente ao que aconteceu na Administração Pública, no nosso Concelho houve. E a alteração à estrutura, à primeira fase da alteração à estrutura, e aos encargos fixos decorrentes da alteração de tarifário, nomeadamente dos Resíduos Sólidos Urbanos, o sistema multimunicipal, que enfim estamos a pagar, decidem e nós pagamos o preço da tonelada. E também relativamente à acção social escolar esta aqui é uma boa causa, porque se trata do apoio alimentar às crianças e portanto feitos os concursos é necessário reforçar a rubrica respectiva para que as crianças do 1.º Ciclo que têm o apoio alimentar nas escolas possam continuar a tê-lo. Algumas sem qualquer pagamento, outras naturalmente com os preços que estão estabelecidos. Portanto é esta a proposta, o valor global é de um milhão novecentos e vinte e três mil euros."-----

6.2.1.2 - O Sr. Vereador Henrique Carreiras:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Com muita pena minha não tive tempo para poder fazer uma intervenção sobre o Relatório e a Conta para desmontar um conjunto de afirmações que foram feitas na Quinta-feira, vou daqui com uma grande frustração. Mas pode ser que tenha a oportunidade noutra altura. De qualquer forma relativamente à Revisão, gostava também de dizer que era bom que aqui estivessem os Srs. Vereadores do Partido Socialista, não são obrigados a estarem aqui mas era bom que estivessem; porque o argumento para votarem contra o nosso documento, ao nosso Plano para dois mil e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

cinco, é dizer que havia um conjunto de rubricas que vinham com valores não definidos e agora trago aqui a proposta para preencher esses valores não definidos que constavam desse nosso documento. De acordo com a Lei eu não podia, não tinha o saldo, não podia fazer com certeza o reforço daquela rubrica. Mas no essencial dizer que a rubrica com pessoal é reforçada em oitocentos e trinta e oito mil e seiscentos euros, há depois também um reforço de cerca de quinhentos e um mil euros para materiais e conservação, e há depois verbas para investimentos, sete milhões cento e setenta e nove mil euros."-----

6.2.2 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quorum, procedeu-se à votação das Propostas N.ºs. 92/VIII e 90/VIII, foram aprovadas por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU); dez votos contra (de eleitos do PS, e CDS-PP) e oito abstenções (de eleitos do PSD e do BE), através das seguintes deliberações:-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Primeira Revisão ao Plano de Actividades e ao Orçamento do Município para 2005, que consta da deliberação camarária de 20 de Abril de 2005.**-----

#### Deliberação

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprova a Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS para 2005, que consta da deliberação camarária de 20 de Abril de 2005.**-----

6.3 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação da Proposta N.º 91/VIII, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada no dia 06/04/2005, sobre «Renovação do Contrato de Concessão das Estações de Abastecimento de Combustíveis sitas na Av. Bento Gonçalves», (**Conforme ANEXO XI**).-----

6.3.1 - Usou da palavra a Sr.ª. Presidente da Câmara para apresentar a respectiva proposta.-----

6.3.1.1 - A Sr.ª. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Temos aqui uma proposta à vossa consideração, é uma das propostas que é bem demonstrativa dos interesses instalados na nossa Câmara Municipal. Portanto, terminou um contrato com a RODOGEST, depois de um contrato celebrado há quinze anos, de acordo com as condições contratuais, poderia ser prorrogado o contrato por um período





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

não superior a cinco anos, nesse mesmo contrato se disse e foi fixado por proposta da Câmara e aprovada pela Assembleia, que para além da prorrogação por parte da Câmara do prazo até cinco anos, poderia se fosse essa a decisão da Assembleia Municipal e é isso que estamos aqui para apreciar, serem fixadas novas condições de concessão. E naturalmente que foram essas novas condições de concessão que foram negociadas e que se traz à consideração da Assembleia. Portanto, o que se propõe é que seja renovado pelo prazo de cinco anos esta concessão, e que por essa renovação haja um pagamento ao Município no valor global de setecentos e cinquenta mil euros, cento e cinquenta mil contos preço antigo, e a renda que é estabelecida em oito mil euros mês durante também estes cinco anos. Portanto, penso que é bem a demonstração de como se gerem os interesses públicos, dialogando com as partes interessadas e naturalmente chegando a acordos fundamentados que depois se trazem aos órgãos competentes para decisão. Está à vossa consideração Srs. Deputados Municipais."-----

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais José Carlos Simões; Luís Gomes; Bruno Ribeiro; Fernando Pena; Nuno Matias; José Joaquim Leitão; Luísa Ramos e a Sr<sup>a</sup> Presidente da Câmara.-----

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal José Carlos Simões:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Esta proposta que hoje nos é apresentada faz-me lembrar e é curioso a idade em que eu tinha quinze anos e pela primeira vez senti que tinha a necessidade de vir para a rua protestar contra algo que eu achava que não tinha qualquer sentido nesta Cidade. Até a essa idade eu achava que Almada era uma cidade em que gostava de viver, era a realidade que eu conhecia e que francamente continuo a achar que é a minha cidade apesar de não de berço. E como todos nós, ou pelo menos uma boa parte de nós, não vou dizer a maioria porque pode ser ofensivo pelo menos para parte desta Assembleia, decidi que passados quinze anos se calhar era o momento de eu reflectir, nós mudamos até me tornei um homem financeiro, um homem dos números e os números aqui até são bem chorudos como a Sr<sup>a</sup>. Presidente disse. Era o momento de eu voltar a reflectir, e será que a minha posição enquanto pessoa, enquanto indivíduo mudou quanto à construção de, ou quanto à manutenção de uma Bomba de Gasolina perto das instalações escolares da Anselmo de Andrade, perto de onde os jovens fazem o desporto, no sentido descendente perto dos prédios, perto de algo que nós ainda na última Sessão fizemos que foi passar do domínio privado para o domínio público um parque de estacionamento para ser utilizado pela ECALMA... (interrupção da gravação)... e fui à procura e de facto continuo a não achar as motivações a não ser a mera motivação financeira para isto. Eu, desde mil novecentos e noventa que foi feita a concessão, ou



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

desde mil novecentos e oitenta e nove, também entretanto várias legislativas foram feitas no nosso país. Eu fui à procura por curiosidade para ver o enquadramento legal que hoje estipula e não vou levantar dúvida quanto à legalidade ou igualdade da manutenção desta concessão. Mas achei a portaria 131/2002 em que temos a nova definição, enquadra a construção dos postos de abastecimento. E na alínea d), do artigo 2º define como área sensível a área que pela sua dimensão ou utilização possa originar embaraços ou perigos para a circulação, tal como parques de estacionamento inseridos contíguos ou adjacentes a recintos desportivos, de espectáculos e culturais, superfícies comerciais, centros comerciais e afins incluindo os acessos exclusivos, todas as infra-estruturas atrás referidas, bem como parques de estacionamento públicos ou privados para mais de cinquenta veículos, excluindo o estacionamento da via pública. E 18º onde enquadra a instalação das unidades de abastecimento de gasolina e gasóleo diz: no caso de novas construções a distância mínima de unidades de abastecimento de gasolina ou gasóleo a áreas sensíveis deverá ser de vinte e cinco metros. E no 19º quanto aos reservatórios a distância mínima entre os reservatórios de gasolina ou gasóleo e áreas sensíveis deverá ser de vinte e cinco metros. Portanto, e não está em causa a legalidade da proposta que nos é hoje aqui apresentada porque o enquadramento deste articulado, penso eu que é novas instalações e dependeria do ponto de vista legal e eu não sou jurista, francamente não sei se uma nova concessão se enquadra ou não no pressuposto novas instalações que vem definido neste regulamento, mas o que eu vejo hoje é uma proposta que é ao contrário dos desafios olhos nos olhos que foram feitos durante esta Assembleia Municipal, esta Sessão que se vai prolongando de três dias, eu venho aqui afirmar algo que é esta proposta não se enquadra no Planeamento Urbanístico que tem sido propagandeado pela Câmara Municipal de Almada. Esta proposta de manutenção desta concessão em plena área urbana da Cidade de Almada é contra a filosofia de planeamento urbano que nos tem sido apresentado pela Sr<sup>a</sup>. Presidente."-----

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Também três perguntas. Uma refere-se à relação entre a renda mensal e a renovação do direito de exploração. Na relação da renda mensal a diferença entre a estação A e a estação B, é de um terço. E depois quando nos coloca a renovação do direito de exploração já falamos em metade de valores. Portanto, não sei porquê esta diferença a nível de disparidade de percentagem. A segunda questão que até é colocada pelo Director do DAGF, Director Pedro Filipe, tem a ver com uma concordância da própria empresa da RODOGEST que é referente à incidência do IVA e à actualização de rendas. Portanto, ele diz que a RODOGEST concorda com os pressupostos, em todo o caso o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

documento que nos é aqui proposto para votarmos não foca nenhum destes dois aspectos. Por último também vem ao encontro daquilo que o meu colega Deputado Municipal da bancada do PS já colocou. Tem a ver com a localização deste estabelecimento. Nós sabemos que não é fácil um planeamento da Cidade, mas tem que ter em conta este tipo de riscos. E aquilo que o Bloco de Esquerda gostaria de colocar era qual era a estratégia da Câmara para ir minorando este tipo de riscos, sabendo nós e não vale a pena aqui reforçar a localização em que está nomeadamente do posto em sentido ascendente mesmo junto a uma escola de ensino público."-----

6.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Ribeiro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Pedimos a palavra também neste ponto para também manifestarmos as nossas reservas em relação à localização destes postos, o acontecimento que o Sr. Deputado José Carlos Simões falava há pouco da manifestação em que participou não foi só ele, não fui só eu, não foi só o Sr. Deputado Nuno Matias, foi quase a totalidade dos alunos de uma escola, foram alunos de outras escolas também que naturalmente na altura se mostraram preocupados com um potencial de problemas que existia alí, e o que é facto é que independentemente de não ter ocorrido nenhuma situação, mas efectivamente o potencial do problema continua a existir independentemente de não ter havido nenhuma situação grave, não quer dizer que o potencial do problema não continue a existir, e quanto a nós continua, quer do lado da Escola, quer do outro lado que está demasiado junto aos prédios. Nós lembramos inclusivamente que de lá para cá houve alguns avanços que nós consideramos positivos, houve até outros postos de abastecimento na Cidade de Almada que foram encerrados em situações também semelhantes, porque estavam próximos de prédios, porque estavam por baixo de prédios, e parece-nos a nós que efectivamente aqui haverá outras situações que estão a ser tidas em conta naturalmente que o Executivo estará a fazer aquilo que pensa ser o melhor para zelar pelo interesse dos cidadãos, mas nós temos naturalmente o direito de discordar e de achar que esta situação não merece a nossa concordância. E portanto não poderemos votar favoravelmente esta proposta e por isso aqui intervimos."-----

6.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu recordo-me de a Câmara Municipal de Almada ter encerrado a estação de combustíveis da Praça Gil Vicente e ter dito nessa altura que tinha sido uma excelente decisão dada a localização daquele posto de combustíveis. Concordo, fiquei satisfeito. Mas de facto, não me parece que a localização privilegiada deste tipo de estruturas sejam de um lado colocado à vedação de uma escola, e do outro muito próximo de



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

habitações. Não é um problema de dinheiro, não é um problema de cofres da Autarquia, não é um problema de é aqui que nós gerimos bem o dinheiro do Município. Não, é um problema de segurança dos cidadãos. Porque estas coisas correm todas bem até ao dia em que há um problema, e é isso que se tem visto. Nós temos tido essa felicidade de nunca ter acontecido nada. Porque no dia em que suceda algum acidente, no dia em que haja algum problema aí todos vamos lamentar termos insistido em localizações que vão contra aquilo que é o espírito actual da localização destes postos. Não faz sentido. E portanto, como não é um problema de dinheiro, é um problema de segurança dos cidadãos, obviamente o CDS está contra."-----

6.3.2.5 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Mais uma vez o que nós estamos aqui a discutir é um contrato que dura há quinze anos, e de acordo com as condições contratuais pode ser renovado por mais cinco anos de borla, não pagando nada, ou pagando uma renda mensal mais alguma compensação ao Município pelo facto de ter mais quinze anos. As condições, Srs. Deputados, funcionou a democracia porque há quinze anos quando esta decisão foi tomada, foi tomada pelos órgãos autárquicos do município, funcionou a democracia. Os Srs. também têm, já não posso recordar se foi por unanimidade, se foi por maioria, mas que pelo menos por maioria foi. Daí que a execução da decisão tenha sido possível. Por outro lado funcionou a legalidade, porque se não tivesse havido legalidade tinha sido encerrada nestes quinze anos aquelas estações de serviço. Nós estamos a discutir prorrogar por cinco anos. Mas é encantador como os Srs. Deputados andam distraídos, é encantador. É que está a ser construído um pavilhão na Escola, não havia lá nada, não havia nenhuma construção junto à rede. Veja-se bem, entretanto está licenciado, autorizado e certamente que o Ministério da Educação não ia descorar as condições de segurança para um pavilhão que começa a ser construído agora. Então Srs. Deputados não deram por isso? O Pavilhão já está com o tecto, com a cobertura lá em cima. Então se não pode ser, se há um problema relativamente à localização não se autoriza o pavilhão. Portanto, deixemo-nos de brincadeiras. Nós estamos aqui perante uma situação que é um contrato que chegou ao seu termo pese embora possa ser renovado por cinco anos. O que nós trazemos é dentro da absoluta legalidade que esta questão se reveste, uma proposta para, não é para renovar por cinco anos, é para estabelecer a tal compensação porque se fosse só para os cinco anos a Câmara era competente. Se a Câmara dissesse; não pagam nada, é só a rendinha, não era preciso. Portanto é porque há uma compensação. Isto aqui não é a fobia do dinheiro, mas o dinheiro faz muita falta Srs. Deputados. Resolver os problemas do Concelho, para os resolvermos é preciso dinheiro. E o dinheiro que vem do



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

Orçamento de Estado é o que é, e as receitas municipais são o que são, e a nossa população precisa da resolução de muitos e muitos problemas. Portanto, se o Município tem competências e se pelo exercício dessas competências pode resolver mais problemas da população, naturalmente que as exerce nessa perspectiva e não ignorando que há ali um interesse que pode beneficiar mais do que se nós exigirmos, alguma coisa para ajudarmos a fazer mais pela nossa população. Porque aqui esta Colectividade e eu já disse aqui mas vou repetir, esta Colectividade ainda não tem a obra toda paga, na próxima reunião vai à Câmara uma proposta para dar mais uma ajuda a esta Colectividade e dessa maneira conseguir pagar se não tudo, praticamente tudo aquilo que tem em dívida. Então e o dinheiro inventa-se? O dinheiro que vem para os cofres, temos que ter imaginação, temos que ser empreendedores, e o que eu gostava era que os Srs. Deputados Municipais, e isto não é nenhuma atitude de menos respeito nem maternalista, mas é sincera, é que se interessassem pela gestão autárquica, procurassem saber bem o que isto é, estudassem esta realidade que tem muito por aprender, muito. Não são só as Leis, há muito por aprender na gestão autárquica. E quando se discute o Plano e o Orçamento, e quando se discute o Relatório e Conta de Gerência, há muito que se pode aprender. E já tenho dito nas reuniões da Comissão onde tenho ido, estou disponível, gosto de relativamente aquilo que tem sido a minha aprendizagem e o meu esforço de aprendizagem, gosto de transmitir isso aos mais novos, sejam eles de que bancada forem, tenho dito isso, mas digo isto com verdade, com sinceridade. E já agora gostava de dizer aqui que quando vou às reuniões da Comissão Permanente, não me inibo sempre que é possível e não sou nenhum computador, de dar os esclarecimentos que sou capaz de dar. Em relação já agora, a uma questão que foi colocada na Comissão quando estive a apreciar o Relatório e Conta, questionava-se a verba que estava em publicidade e foi devidamente informado, foi dito que em publicidade só se pode contabilizar de acordo com as regras da contabilidade autárquica, os anúncios, os spots da televisão, e não se pode contabilizar outras coisas. E foi dito que o resto é contabilizado em trabalhos especializados. Agora, pedir a um autarca que diga o que é que lá está dentro de uma rubrica onde cabe este mundo e o outro porque assim o exige a contabilidade autárquica, é naturalmente desmesurado e ainda é mais, ultrapassa a questão do desmesurado e entra numa situação que é grave quando se diz que não se quis dizer. Portanto eu gostava de deixar aqui uma nota que é: é preciso lisura, é preciso alguma humildade e é preciso não confundir como dizia alguém antes de mim a gordura com inchaço ou alhos com bugalhos. Portanto, nós estamos aqui a discutir a renovação, mas em que aspecto? Numa compensação para o Município que corresponde a setecentos e cinquenta mil euros. Tudo o resto são acréscimos no sentido



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

de se compreender melhor o despropósito de alguma discussão que aqui veio. O IVA é sempre aplicado, não é preciso estar lá a indicação de que tem que pagar IVA, porque todo este tipo de despesa, uma renda, tem que pagar IVA e não é preciso que fique na proposta."-----

6.3.2.6 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Foi feito e proferido aqui uma afirmação que não corresponde exactamente aquilo que se passou à reunião da Primeira Comissão. Aquilo que foi questionado em primeira instância pelo Deputado Municipal José Carlos Simões. O Sr. Deputado José Carlos Simões levantou a questão global da publicidade e eu à posteriori lancei a questão concreta de quanto custou a campanha por exemplo do Metropolitano Sul do Tejo. Foi essa questão que eu coloquei. E portanto foi sobre esta questão e não sobre as verbas que estão espalhadas pelo documento que como é óbvio tem que assim estar, e não foi isso que, não foi respondido. A Sr<sup>a</sup>. Presidente efectivamente e os técnicos responderam aos valores que estavam enquadrados nas Contas assim previstas no POCAL. Agora eu fiz-lhe a pergunta não só na reunião, mas também lhe fiz aqui nesta Assembleia, quanto custou a campanha de forma global, a Sr<sup>a</sup>. Presidente disse que não sabia ou não se recordava muito bem, e aquilo que eu lhe deixo aqui só de nota de rodapé, é que toda e qualquer decisão da Câmara com certeza tem como prévia análise uma relação de custo de benefício, e para isso tem que haver uma noção clara de quanto é que custa no caso por exemplo uma campanha como aquela que o metro comporta, que tem meios avultadíssimos e que com certeza teve um custo considerável para o erário público e no caso para todos nós."-----

6.3.2.7 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Tentando colocar a discussão de facto no documento que está aqui a ser apreciado, porque a Sr<sup>a</sup>. Presidente desviou-se muito e voltou ao ponto anterior da ordem de trabalhos, mas de facto, Sr<sup>a</sup>. Presidente, a Sr<sup>a</sup>. começou por argumentar que funcionou a democracia e a legalidade. Pois, nas intervenções que se ouviu ninguém questionou a legalidade da decisão e muito menos a democracia que sustenta uma maioria. Com certeza, agora permita que se discorde, é uma incapacidade tão grande de permitir que se discorde de uma decisão da Câmara que eu não consigo entender. Porque de facto o que está em causa não é se isto é legal. Mais, a Sr<sup>a</sup>. Presidente disse que isto podia ser prorrogado por cinco anos sem cobrar nada, mas também podia não ser prorrogado, essa era uma decisão que a Câmara podia tomar, era não prorrogar. Era não continuar aquele contrato. Eu só espero uma coisa, muito sinceramente é que nunca seja preciso



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

relermos as suas palavras nesta reunião. Que nunca seja preciso irmos consultar as Actas para ver o que se disse nesta reunião. É bom sinal para toda a gente que está ali ao pé."-----

- 6.3.2.8 - O Sr. Deputado Municipal José Carlos Simões:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Fala a Sr<sup>a</sup>. Presidente em lisura do discurso e não misturar alhos com bugalhos e eu às páginas tantas fiquei aqui um pouco perdido no meio deste discurso quando se misturou aqui as despesas publicitárias com este problema. A verdade é, há aqui uma decisão que podia ser tomada, prorrogada ou não se prorroga a concessão. Recebe-se um milhão e qualquer coisa ao longo da concessão ou não se recebe um milhão e qualquer coisa ao longo da concessão. Já é claro e percebemos que a Sr<sup>a</sup>. Presidente e a maioria que a apoia que ainda não se pronunciou e até olhando para a composição desta maioria estranho que alguns elementos principalmente da parte dos Verdes ainda não se tenha pronunciado sobre esta própria proposta. É evidente que a maioria e o Executivo querem continuar e querem apresentar esta proposta. A oposição tem o seu direito a opinião e que é evidente. E mais, eu digo mais, a oposição neste momento está a ter a posição que é propagandeada pela Sr<sup>a</sup>. Presidente no próprio Boletim Informativo de Almada. Quer dizer; como é possível alguém falar de lisura de discurso quando vem dizer que o estreitamento das vias em Almada é um factor redutor de velocidade na Cidade e para colocar menor perigo à circulação de veículos na nossa Cidade e à protecção dos peões. Quando vêm com estudos de mil novecentos e noventa e dois e com os números que podem conduzir bem, podem ser um exemplo do que é a desinformação clara, quando vem no Boletim Informativo de Almada apresentar uma grande solução para protecção de peões que é a redução da velocidade em vias estreitas. E vem aqui dizer-nos que o que interessa é que a Câmara para gerir precisa de um milhão e tal. Eu sei que o dinheiro faz falta ao Município, todos nós sabemos é evidente que o Município precisa de verbas. O que estamos a dizer é qual é que é o valor que aqui precisamos, qual é o valor que aqui se levanta. Ou queremos ter um conceito moderno de enquadramento urbanístico, como está a ser feito na nova bomba da Cova da Piedade, nós aprovamos a nova bomba da Piedade. Aliás, se nos tivesse dito no momento que fizemos a desafecção do domínio público para o domínio privado daquele parque de estacionamento, se dissesse que a bomba lá ia continuar nós tínhamos votado contra."---

- 6.3.2.9 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----  
"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
A questão aqui não pode ser colocada assim. A questão é: renovar por cinco anos de graça ou renovar por cinco anos com algum pagamento. É isto, só isto, só isto. Porque a



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

competência da Câmara é renova ou não renova. A competência da Assembleia Municipal é: paga ou não paga.-----

A questão é esta objectivamente, a Câmara decide renova ou não renova, os Srs. decidem que não aprovam a proposta e o assunto está arrumado. Mas parece que a questão não é essa, é nós cobrarmos pela renovação. Eu gostava de dizer que na Cidade foram encerradas três estações de serviço. Portanto, nós na Cidade encerrámos até agora três estações de serviço. Exactamente estações de serviço que analisada a situação de cada uma delas, estava numa situação que não podia ser renovada, não podia ser prorrogada. Nós temos aqui uma proposta objectiva, concreta fundamentada. Uma boa proposta, cinco anos de renovação é o nosso ponto de vista, setecentos e cinquenta mil euros de contrapartidas para o Município lembro que todas as bombas de gasolina que temos instalado no nosso Concelho têm sido objecto de concurso público e por via desses concursos públicos quem concorre tem pago ao Município verbas consideráveis que têm servido para investimento no nosso Concelho. É desta maneira que trabalhamos, não entregamos a amigos terrenos públicos e sem concurso público, e portanto os resultados são estes e é neste caminho que vamos continuar a trabalhar. Está à vossa consideração a proposta, quem quiser votar contra, o Sr. Presidente há-de pôr à votação. Estamos em democracia cada um assume as suas decisões."-----

6.3.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Ribeiro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É realmente muito rápido porque efectivamente também não posso deixar de registar que há pouco com a confusão de termos saltado para o ponto anterior, acabei por não perceber muito bem, mas parece-me daquilo que aqui registei, efectivamente a Sr<sup>a</sup>. Presidente assume que é necessário ser imaginativo, que o dinheiro faz falta e que portanto como dizia há pouco um outro Deputado, o valor mais alto é que o dinheiro faz falta e vamos continuar a incomodar os prédios que estão alí ao pé e a escola que está alí ao pé, independentemente de o pavilhão se estar a construir e muito bem, porque quem chegou depois foi a bomba, a escola já lá estava e não havia pavilhão infelizmente. Nós também sabemos como é que o pavilhão está a ser construído e ninguém retira à Câmara Municipal esse mérito. Aí fiquem descansados que não vos retiramos esse mérito, a questão que estamos aqui a falar é: as bombas alí na nossa opinião não estão bem, e também temos o direito à nossa opinião, e também temos esse direito, como a Sr<sup>a</sup>. Presidente diz vamos votar."-----

6.3.2.11 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Eu penso que há uma questão que já ficou esclarecida, que é a opinião que as várias bancadas têm relativamente à situação daquelas bombas na Cidade de Almada. Portanto, relativamente a essa questão penso que não vale a pena insistir, o assunto já está discutido e já foram indicadas as posições pelo menos das bancadas que se pronunciaram.-----

Agora, há uma dúvida que subsiste e eu penso que essa dúvida deve ser esclarecida antes de se votar. E a dúvida é a seguinte: foi dito pela Sr<sup>a</sup>. Presidente, ou pelo menos eu entendi assim, portanto salvo já, eu entendi assim, que o que estava em causa era apenas manter a concessão pelo valor actual ou aumentar esse valor. Foi isso que eu entendi, que era apenas essa a questão que estava em causa. E portanto, eu gostava de perguntar à Sr<sup>a</sup>. Presidente apenas isto: pode ou não pode o Município e eu repito, pode ou não pode o Município dar por fim do contrato?"-----

6.3.2.12 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado Municipal, tenho opinião de que se fosse apenas a renovação ou não renovação, a Câmara seria competente para isso. Se há alterações carece de decisão da Assembleia Municipal."-----

6.3.2.13 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Então pelo que eu entendi, o Sr. Presidente da Assembleia está a dizer que o Município nunca poderia rescindir este contrato?"-----

6.3.2.14 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Deputado Municipal;-----

Pode! Sim!"-----

6.3.2.15 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Então, o contrato não é rescindido porque a Câmara à partida recusa que ele se rescinda. Portanto aquilo que nos é colocado é só o que diz respeito ao valor visto que a decisão inicial foi tomada. Estamos esclarecidos."-----

6.3.2.16 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Não é isso Sr. Deputado, não tire essa ilação, porque se a Assembleia votar contra, vota contra a proposta."-----

6.3.2.17 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Sr. Presidente continuo a não entender. Se votando contra, votamos contra a proposta qual é a consequência em termos de contrato?"-----

6.3.2.18 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

A consequência em termos do contrato é a ilação que a Câmara terá que tirar da decisão da Assembleia."-----

6.3.2.19 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Desejando a Câmara manter a concessão apenas pode manter pelo mesmo preço, só que isso depende, decorre de uma decisão que a Câmara já tomou de manter o contrato, e é essa decisão que nós contestamos."-----

6.3.2.20 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Apenas como questão indicativa, mas que importa reter, a decisão da Câmara Municipal foi unânime, votaram a favor a CDU, o PS e o PSD."-----

6.3.2.21 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu penso que foi o Sr. Presidente da Assembleia, aqui já há alguns meses atrás que numa outra Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, propósito de uma troca de impressões à margem do debate, comentou connosco da dificuldade de registo pelos serviços competentes, dos apartes que são ditos à margem das intervenções. Porque enriquece a análise e enriquece a apreciação que se faz daquilo que é dito durante os debates, para além daquilo que é dito aos microfones aquilo que é dito à margem e que só aqueles que aqui estão na altura em que o debate acontece têm a felicidade e a oportunidade de ouvir. E portanto para que conste em Acta e todos os que estamos aqui somos testemunhas do que acabou de acontecer de um facto que reputamos de interessante e que tem interesse político e relevância política para o debate. O Sr. Presidente da Assembleia informou, comunicou aos Srs. Deputados Municipais que estamos perante uma proposta que vem da Câmara Municipal e que em sede de Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. E perante essa comunicação que o Sr. Presidente da Assembleia fez ouvimos em coro vários Deputados Municipais do PS com uma pergunta que não sei se será de retórica dizendo; o que é que nós temos a ver com isso. Isto para que fique registado em Acta tem o interesse que tem e para memória futura, como agora é moda dizer-se, tem o interesse que tem, tem a relevância que tem, porque de facto o que está em causa como muito bem perguntou o Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão foi: o que é que nós estamos a votar e



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

qual o sentido do ponto de vista da legislação, do enquadramento jurídico e das implicações para o funcionamento até no plano contratual do que estamos aqui a discutir o que é que tem a ver do ponto de vista do efeito desses contratos. E o que está em causa é muito simples, é que se tivesse havido da parte da decisão da Câmara uma discordância, uma reserva, uma dúvida, um franzir de sobrolho, nós estaríamos perante um caso em que havia do ponto de vista da decisão se ía ou não continuar com o contrato da gestão daquelas bombas de gasolina, alguma interrogação, alguma dúvida, neste momento o que está em causa e o que todos já percebemos que está em causa, é em que termos e com que vantagens para o Município para o Concelho para os Almadenses a continuação desse contrato, em que termos esse contrato será continuado.-----

Ultrapassada que está a magna questão de sim ou não o contrato continua. Porque essa questão foi aprovada ainda por cima com os votos a favor de todos os presentes da Câmara, em que a decisão foi feita. E portanto, nesse sentido ultrapassada que está essa questão e cá voltamos nós ao mesmo, estamos perante as vantagens, os benefícios para o Concelho, para os almadenses da gestão e da continuação desse contrato. E o que está em causa efectivamente é do ponto de vista financeiro, mas também como foi aqui recordado e não vale a pena chover sobre o molhado, no que diz respeito a uma decisão que não é pouco importante, que vale o que vale como diz o outro, tem a importância que tem, uma decisão mesmo em relação à própria escola que foi cavalo de batalha de algumas argumentações, uma decisão que foi avalizada pelos próprios serviços do Ministério. O Ministério da Educação está de acordo, esteve de acordo que era viável e que era seguro construir o pavilhão naquele recinto. E portanto, é necessário que saibamos todos o que é que estamos a votar, é necessário que saibamos em que ponto é que nós estamos e já agora seria necessário que se dissesse aqui onde em Almada é que eu posso ir abastecer o meu carro, a não ser que queiram que eu vá para fora do Concelho, porque a partir do momento em que nós estamos a falar do perímetro urbano e dos riscos associados a isso e nós sabemos as precauções e os mecanismos exigidos para a gestão e para a segurança, para o funcionamento destas instalações, aquilo que é necessário é sabermos efectivamente o que é que estamos a votar. E é isso que temos à nossa frente, em que condições é que o Município de Almada poderá ganhar vantagens relativamente à continuação deste contrato."-----

6.3.2.22 - A Sr<sup>a</sup>. Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Eu só quero chamar a atenção de uma coisa, é que as primeiras intervenções das outras bancadas foi no sentido de questionar não a legalidade, mas as questões de segurança, quase que em desespero diziam que o que viesse a acontecer de futuro era responsabilidade da Câmara, assim dizer e já foi aqui repetido, que certamente os Srs. Vereadores da oposição também têm e devem ter preocupações com a segurança dos cidadãos e não são inconscientes ao ponto de aprovar isto. Por outro lado dizer que efectivamente segundo a legislação em vigor se houvesse alguma ponta de insegurança na localização daquela estação, obviamente que o Poder Central e as inspecções que fazem, seguramente que já teriam mandado encerrar ou notificado a Câmara para o fazer. Portanto, eu não tenho nenhum problema em perceber que de facto quando se diz que os Vereadores dos mesmos partidos, os representantes aqui não têm nada a ver com o que eles fazem na Câmara, é uma boa nota e nós registamos."-----

6.3.2.23 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Eu penso que as intervenções da bancada da CDU exigem uma pequena referência e que é a seguinte: obviamente que eu estou convicto que os autarcas que votam nos respectivos órgãos votam em consciência e com a informação que têm. Também penso que é óbvio e é partilhado por todos o conhecimento de que as atribuições da Câmara e da Assembleia Municipal são distintas, se não o fossem era escusado haver dois órgãos, estava tomada a decisão era escusado estarmos aqui a perder tanto tempo, a pagar tantas senhas de presença, ora a decisão estava tomada na Câmara o que é que nós vínhamos aqui fazer. Portanto, à partida aparentemente o legislador considerou que havia vantagem haver um órgão como o da Assembleia Municipal. Os Deputados Municipais aqui presentes em consciência com os dados que têm, com as experiências que tiveram relacionadas com estas situações no passado tomam uma decisão e justificam-na. Não percebo qual é a estranheza. Estranho seria se alguém viesse dizer que havia algum Sr. Deputado Municipal que por um Vereador ter votado num determinado sentido ele teria de votar necessariamente nesse mesmo sentido. Eu não faço a indelicadeza de considerar que algum dos Srs. Deputados Municipais enquadre nesse perfil, porque isso era obviamente lamentável do ponto de vista democrático e até do ponto de vista pessoal."-----

6.3.2.24 - O Sr. Deputado Municipal Luís Gomes:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Queria recordar a intervenção do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda começou por fazer duas perguntas, responderam à segunda, a Sr<sup>a</sup>. Presidente à primeira não respondeu, e manifestou aqui uma preocupação sobre as questões de segurança.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Fazendo uma pergunta directa também ao Executivo da Câmara que eu acho que eu pelo menos pessoalmente não estou ainda satisfeito com a resposta que é, qual é a opinião do Executivo da Câmara sobre este tipo de localização deste tipo de estabelecimento, neste caso de combustíveis. Porque isso é importante, numa definição estratégica de planeamento de uma Cidade, é importante saber qual é a opinião do Executivo perante este tipo de localização ou não. Porque a resposta que o Ministério da Educação está de acordo tanto nos faz como tanto nos fez. Quer dizer, o que interessa são as decisões que são tomadas aqui neste local. E já agora gostava de recordar, porque já tivemos, o Bloco de Esquerda já teve a oportunidade aqui de manifestar a evolução no nosso entender muito positiva no que se refere aos fóruns de participação, ao auscultar as pessoas etc., quando já foi aqui demonstrado nesta Assembleia o descontentamento de uma parte da população porque é difícil de quantificar, sobre a localização deste equipamento, como é que o Executivo da Câmara pode interpretar em relação a isso, porque senão teremos que chegar à conclusão que fazemos fórum de participação única e exclusivamente para propaganda e não mais para isso, porque depois as opiniões das pessoas não são tidas em conta."-----

6.3.2.25 - A Sr<sup>a</sup>. Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----  
Eu gostava só de dizer aqui que já passaram quinze anos e é natural que haja pessoas que não tenham a mínima ideia do que se passou há quinze anos, hajam outras que têm alguma ideia. E portanto eu gostava de dizer que há quinze anos houve ocasião dos alunos da Escola e que depois com a própria intervenção da Protecção Civil, dos Bombeiros, as questões foram explicadas, e houve muita gente que percebeu qual era a situação essa sim com alguma gravidade que estava dentro da Escola que era o depósito do gaz e não propriamente a questão da localização das Bombas de gasolina e houve muita gente que se manifestou a favor da localização daquela estação de serviço. E portanto, estão cumpridas as questões da legalidade, está cumprida a questão da democraticidade, houve um conjunto de jovens da escola que entenderam manifestar-se contra a localização há quinze anos da estação de serviço alí, mas nunca foi posta em causa a legalidade, e com certeza que as leis ao serem elaboradas têm em conta aspectos técnicos, e se não fosse legal a situação que alí estava, ou seja se as questões técnicas não estivessem respeitadas, obviamente que não tinham passado quinze anos com a localização no mesmo sítio, certamente que tinha sido encerrada porque foram essas diligências que foram na altura tentadas, e não nos esqueçamos que estávamos próximos de eleições autárquicas também, também estávamos próximos de eleições autárquicas quando esta questão foi tratada e não vou mais longe, penso que devo ficar



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

por aqui, porque o esclarecimento está dado e sobretudo o respeito por quem quer ser esclarecido."-----

6.3.3 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quorum, procedeu-se à votação das Propostas Nº 91/VIII, foi aprovada por maioria com vinte e três votos a favor (de eleitos da CDU); dezoito votos contra (de eleitos do PS, PSD, CDS-PP e BE) e uma abstenção (de eleito do PS), através das seguintes deliberações:-----

#### Deliberação-----

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea q) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autoriza a Câmara Municipal a renovar o contrato de concessão de uso privativo para as estações de abastecimento de combustíveis sitas na Avenida Bento Gonçalves, por cinco anos, à RODOGESTE – Gestão de Postos Rodoviários, Lda., nas seguintes condições:-----**

**a) Rendas mensais:-----**

- Da estação de abastecimento, sita na Av. Bento Gonçalves, sentido descendente "estação A" - € 6.000 (seis mil euros);-----
- Da estação de abastecimento, sita na Av. Bento Gonçalves, sentido ascendente "estação B" - € 2.000 (dois mil euros).-----

**b) Contrapartidas:-----**

- Pela renovação do direito de exploração da "estação A" - € 500.000 (quinhentos mil euros);-----
- Pela renovação do direito de exploração da "estação B" - € 250.000 (duzentos e cinquenta mil euros).-----

6.4 - Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Municipais Pedro Roque e Sérgio Taipas.--

6.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Roque:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É para uma declaração de voto, para de alguma forma enquadrar aquele que foi o sentido de voto da bancada do Partido Social Democrata. Em coerência aliás com aquilo que se passou há quinze anos atrás quando esta questão foi debatida. Não está em causa a separação como aqui já foi referido entre os órgãos autárquicos, a Câmara Municipal por um lado e os Vereadores que tomaram essa decisão por unanimidade e por outro lado aqui a Assembleia Municipal e no nosso caso que votamos contra a proposta uma vez que pensamos, não está em causa a legalidade do acto, não está em causa a democraticidade do acto, essa não a contestamos, contestamos talvez o bom senso que preside a um acto desta natureza uma vez que preferimos claramente que a decisão da Câmara Municipal fosse no sentido de não renovar o contrato e de encerrar aqueles postos de combustível



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

que é óbvio basta lá passar, basta olhar, o bom senso aconselha-nos a ter alguma prudência com aquele tipo de localização numa área tão densamente povoada e não são postos de combustíveis quaisquer, não são pequenos postos de combustíveis como aqueles que foram encerrados, são postos de grande dimensão sobretudo aquele que fica no sentido descendente. Preferíamos de facto que a decisão fosse essa ou pelo menos que tivesse aqui sido trazido algum tipo de moratória no sentido de que num prazo mais ou menos curto, esses postos pudessem ser encerrados. Eu penso que o dinheiro não pode justificar tudo."-----

6.4.2 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É também para uma declaração de voto da CDU, dizer que votamos favoravelmente a proposta porque as questões de segurança estão asseguradas. Com certeza que a segurança das bombas está previamente avalizada por estudos técnicos que as viabilizam, por leis que as permitem, portanto as bombas têm segurança e todos os procedimentos que levaram a que isto fosse discutido aqui na Assembleia Municipal, foi porque previamente no outro órgão que é a Câmara Municipal foi votado favoravelmente e por unanimidade, nós não temos que entrar nas questões internas dos Partidos isso não nos interessa nada porque é que votaram lá e não votam aqui não interessa, o que interessa é que o Órgão Câmara Municipal por unanimidade entendeu que estavam garantidas as condições de segurança e a renovação do contrato, o órgão Assembleia Municipal tem que decidir se deixa que ela seja à borla ou se fixa o outro pagamento ou se inviabiliza tudo. O Ministério da Educação avalizou porque permitiu construir ali um pavilhão numa escola, e certamente não o está a fazer de ânimo leve porque são jovens que ali estão. Estão garantidas todas as seguranças a única solução de fundo é obviamente acabar com as energias que podem ter as consequências da gasolina ou do gaz como a Câmara Municipal que já tirou três bombas de gasolina de Almada e que tem exigido que as vistorias ao gaz sejam feitas como deve ser, está a tomar politicamente esta decisão porque tecnicamente está informada que ela é absolutamente segura para a população."-----

7 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----

8 - Foi verificada a presença do Jornalista Sr. José Augusto (Câmara Municipal) e de dezanove Srs. Múncipes.-----

9 - Pelo Executivo Municipal estiveram presentes a Presidente Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. Maria Emília de Sousa e os Srs. Vereadores Exm<sup>os</sup>. Srs. Henrique Carreiras; Hernani Magalhães.-----

10 - Entretanto foi requerido a aprovação da Minuta da Acta e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovado por unanimidade.-----



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

10.1 - Procedeu-se assim à leitura da Minuta da Acta e após verificação do quorum procedeu-se à votação sendo aprovada por unanimidade.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada eram 11H50 do dia 02 de Maio de 2005.-

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta que vai ser subscrita pelo Secretário e assinada pelo Presidente.-----

O PRESIDENTE\_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO\_\_\_\_\_

O 2º SECRETÁRIO\_\_\_\_\_